



## O ensino de línguas estrangeiras na educação à distância no Brasil: revisão bibliográfica e mapeamento dos cursos

Gustavo Lopez Estivalet<sup>1</sup>  
UFSC/PPGLg

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo principal realizar um mapeamento dos cursos de graduação de licenciatura em Letras – Inglês, na modalidade a distância, ministrados pelas universidades públicas do Brasil. Como objetivo secundário, ele faz uma breve revisão bibliográfica sobre o ensino de línguas estrangeiras (LE) na educação a distância (EAD) no Brasil a partir de 2000. Basicamente, os dados empíricos apresentados foram obtidos através do portal online do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). De uma forma geral, verificou-se que há uma desproporção da distribuição geográfica dos cursos de Letras – Inglês no território brasileiro, assim como também há uma certa dificuldade de obter-se informações sobre os materiais didáticos de cada um dos cursos. Enfim, se as políticas linguísticas para o ensino LE presencial já são muito discutidas nos meios educacionais, com a disseminação da EAD, estas questões passam a ser ainda mais intrigantes e merecedores de atenção em relação ao seu planejamento de distribuição, às pedagogias adotadas e as didáticas desenvolvidas.

**Palavras-chave:** ensino línguas estrangeiras, educação a distância, políticas linguísticas.

**Abstract:** This paper has as main objective to accomplish a mapping of the undergraduate courses in Languages - English, in the distance education, delivery by the public universities in Brazil. As a secondary objective, it makes a brief review of the literature on teaching foreign languages in distance education in Brazil since 2000. Roughly speaking, there is a disparity in the geographical distribution of the courses in Languages – English in Brazil, as well as the difficulty of obtaining more accurate and objective information about the didactic materials from each course. Finally, if the language policies for teaching foreign languages already is so much discussed subject in educational circles, with the spread of distance education, this issues become even more intriguing and worthy of attention in their spreading planning, pedagogy teaching and didactic development.

**Keywords:** teaching of foreign languages, distance education, language policies.

### 1. Tecnologias e educação

*Mas sobre todas as invenções estupendas, que eminência de mente foi aquela de quem imaginou encontrar modo de comunicar seus próprios pensamentos mais recônditos a qualquer outra pessoa, mesmo que distante por enorme intervalo de lugar e de tempo?*

---

<sup>1</sup> gustavoestivalet@hotmail.com



*Galileu Galilei, 1564-1642 (sobre a prensa móvel de Johannes Gutenberg, 1398-1468)*

Sem dúvidas, a entrada massiva da internet na década de 1990 e a sua enorme disseminação e crescimento nos últimos 20 anos, modificaram boa parte das estruturas sociais no que diz respeito ao acesso a informações e as possibilidades de comunicação. Na educação não foi diferente, as tecnologias de informação e comunicação (TIC) passaram a frequentar assiduamente as aulas: aparelho de som, CD, videocassete, DVD, computador, *pendrive*, *notebook*, *netbook*, *tablet*, *smartphone*, internet, *wi-fi*, *data-show*, enfim, uma série de tecnologias que chegaram tão rápidas que trouxeram o seu próprio nome estrangeiro e foram incorporadas facilmente ao nosso vocabulário do dia-a-dia (SILVA, 2006).

A partir desta reviravolta tecnológica e mudanças nas práticas sociais, a educação a distância (EAD) encontrou terreno fértil para o seu desenvolvimento e estabelecimento no cenário atual da educação no Brasil, principalmente em relação aos cursos de graduação para a formação de professores (LITTO; FORMIGA, 2009). Logo, o Ministério da Educação (MEC) se apropriou desta causa criando o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) com o intuito de organizar as universidades públicas e a oferta dos seus cursos de graduação com habilitação em licenciatura e, os polos municipais e/ou estaduais para o recebimento dos mesmos (CASTRO NETO, 2009; HACK, 2011).

Entre estes cursos, encontram-se os cursos de licenciatura em línguas estrangeiras (LE), quase que exclusivamente, os cursos de graduação de Letras – Licenciatura em Língua Inglesa e Letras – Licenciatura em Língua Espanhola. Logo, algumas questões passam a ser intrigantes e a nortear este trabalho: a) por que apenas estes dois cursos de LE são ministrados pelas universidades públicas no Brasil? b) Qual é a distribuição dos cursos existentes no território geográfico do Brasil? c) Quais são as universidades públicas do Brasil que estão oferecendo estes cursos?

A partir daí, escolheu-se trabalhar exclusivamente com os cursos de língua inglesa como o estudo de caso deste trabalho. Logo, o foco principal deste trabalho foi realizar um mapeamento geográfico no território brasileiro dos cursos de graduação em Letras – Licenciatura em Língua Inglesa e realizar uma breve revisão bibliográfica dos trabalhos sobre o ensino de LE na EAD publicados no Brasil, especialmente referentes ao ensino e aprendizagem de língua inglesa na EAD.



## 2. EAD e ensino e aprendizagem de LE

A EAD já está presente no Brasil desde pelo menos 1940, com o Instituto Universal Brasileiro, porém de forma muito tímida e não reconhecida, sobretudo, através de cursos por correspondência, rádio e televisão. A partir da plena expansão e acesso das TIC e da internet na década de 1990, a EAD encontrou um ambiente perfeito para o seu desenvolvimento e estabelecimento não só nos países de primeiro mundo, mas também no Brasil e nos demais países emergentes que possuem desenvolvimento e conhecimento em tecnologia (LITTO; FORMIGA, 2009). Assim, após a sua descoberta e o investimento eufórico das instituições de ensino privadas, com o intuito de multiplicarem seus vencimentos, o MEC também despertou sua atenção para esta modalidade, porém com um olhar crítico em relação à educação e à utilização da mesma para a disseminação de uma educação de qualidade, principalmente em relação à formação e capacitação de professores, sendo assim criada a UAB (BELLONI, 2008).

Pois durante muito tempo a EAD foi vista com preconceito, como sendo uma educação de baixa qualidade e pouco exigente. Esta concepção se deve à enorme oferta das universidades privadas de cursos de EAD de qualidade duvidosa. Porém, percebe-se atualmente o estabelecimento e o reconhecimento dos cursos de EAD de graduação e pós-graduação das universidades públicas do Brasil. Ou seja, um ensino superior qualificado e exigente às demandas do mercado de trabalho e acadêmico. Esta mudança de cenário na EAD se deve principalmente à “grande disseminação da revolução tecnológica, que consolidou a aplicação dos conhecimentos e informações para a geração de novos conhecimentos e dispositivos de processamento, comunicação e informação” (LITTO; FORMIGA, 2009, p.209).

Assim, a EAD, muitas vezes vista como *desmotivante* pela falta do contato humano entre os alunos e os docentes e/ou sem um suporte e estrutura institucional, nesta nova configuração, com a instrumentalização adequada, um planejamento didático e pedagógico próprio, o uso crítico das TIC e a cooperação entre professores e alunos, é uma larga porta de acesso aos infinitos mundos do conhecimento, da informação e da comunicação (SARTORI; ROESLER, 2005; SILVA; SANTOS, 2006).

Logo, a UAB juntamente com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tem a missão de financiar e organizar o oferecimento dos cursos de graduação com habilitação em licenciatura das universidades públicas e o recebimento dos mesmos pelos polos municipais e/ou estaduais (SILVA, 2006). Castro Neto, Gutierrez e Ulbricht



(2009, p.72) definem bem as responsabilidades de cada um dos órgãos públicos envolvidos neste projeto:

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) é um programa do Ministério da Educação [(MEC)] criado em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação não propõe a criação de uma nova instituição de ensino, mas sim, a articulação das já existentes. Objetiva ofertar ensino superior público de qualidade aos municípios brasileiros que não oferecem cursos ou cujos cursos ofertados não sejam suficientes para atender a demanda. [...] Para isso, os sistema tem como base, fortes parcerias entre as esferas federais, estaduais e municipais do governo. Em cada unidade da federação, as universidades definem os locais dos polos regionais e sua infraestrutura para o atendimento aos estudantes nos momentos presenciais. [...] Já a elaboração dos cursos é de responsabilidade da instituição pública de ensino superior ofertante, que desenvolve o material didático e pedagógico.

Logo, o principal investimento das universidades públicas, após a consolidação deste sistema, foi justamente o desenvolvimento de teorias, pedagogias e didáticas para a eficácia e o sucesso desta modalidade (SARTORI; ROESLER, 2005). Pode-se citar principalmente o desenvolvimento de modelos pedagógicos para a produção de materiais didáticos impressos, de vídeo-aulas e, especialmente matérias didáticos e ferramentas utilizadas no ambiente virtual de ensino e aprendizagem (AVEA) (BEHAR, 2009).

Assim, os mais diversos cursos de licenciatura presenciais já existentes nas universidades públicas foram adaptados, remodelados e recriados para a modalidade a distância. Entre estes, encontram-se os cursos de línguas, divididos entre cursos de letras vernáculas e cursos de letras estrangeiras. Celani (2000, p.20) estabelece bem a relação entre as políticas linguísticas no Brasil e os cursos de licenciatura em letras:

O que nos interessa aqui é a educação, problema fundamental do Brasil. O descompasso do Brasil com o mundo, nesse sentido, é aterrador: os números relativos a analfabetos, iletrados, incapazes de receber ou de dar qualquer informação escrita são assustadores. A maioria das crianças que saem da escola básica sai sem domínio da leitura. Há uma inadequação entre a escola brasileira e seu aluno majoritário, o que coloca o Brasil entre as nações mais atrasadas do mundo em relação a educação elementar.

Mas se a EAD se destina ao ensino superior, por que trazer essa crítica ao ensino básico e fundamental do Brasil? Pois justamente a UAB, através da EAD, têm como objetivo utópico qualificar massivamente professores em locais distantes das grandes instituições públicas, ou seja, dos grandes centros urbanos, com uma formação de qualidade. Estes



professores altamente qualificados futuramente exercerão sua atividade docente com sucesso, garantindo uma boa formação ao ensino básico e fundamental das escolas públicas do Brasil, isto é, serão agentes de transformação da educação brasileira. Estes jovens, que por sua vez receberão uma educação de qualidade, indivíduos mais esclarecidos e melhor formados, promoverão a continuidade deste ciclo e melhorias sociais (ESTIVALET; HACK, 2011).

Portanto, a partir de uma abordagem social do ensino-aprendizagem de LE, a Linguística Aplicada é ciência que estuda situações reais de fala e se propõe a intervir a fim de aperfeiçoar os processos existentes. O ensino de LE também é instrumento de comunicação, de informação e de mudança social. Logo, é fundamental para esta concepção de linguagem a noção de que as subjetividades são construídas no discurso. Ao invés de um sujeito uno, racional, capaz de ideias e experiências anteriores à linguagem, bem como fora dela, uma visão pós-estruturalista sugere que uma vez que as subjetividades são construídas e assumidas em discursos concorrentes e neles posicionam-se, elas constituem espaços múltiplos e contraditórios (BUZATO, 2001). Portanto, todo o ensino de LE é ideológico, assim como a sua aprendizagem possui objetivos específicos. Seguindo esta linha de raciocínio, Celani (2000, p.23) faz algumas considerações em relação ao ensino de LE:

Quanto às línguas estrangeiras, é indiscutível a importância, nos dias atuais, de se estar preparado para o convívio internacional. Isto envolve pelo menos o domínio de uma língua estrangeira. Oferecer condições para que todos os indivíduos possam adquirir pelo menos uma base para desenvolvimento futuro no uso de uma língua estrangeira deve ser preocupação de uma política nacional. É responsabilidade das autoridades educacionais oferecer condições adequadas para que essa base se realize.

Enfim, fica evidente o papel essencial da formação superior de professores de LE, assim como o seu ensino na educação básica e fundamental do Brasil. Neste sentido, as facilidades de acesso à informação, assim como de circulação da mesma pelos meios de comunicação mostraram que as TIC são fortes aliados para a manutenção de um ensino superior de qualidade na área de línguas (LOPES, 2001). Para tanto, as TIC também devem ser incorporadas nos currículos de ensino superior e nas atividades docentes de cursos de formação de professores (ALMEIDA FILHO, 2000).

Logo, na visão da Linguística Aplicada crítica, fortemente influenciada pelo atual mundo pós-moderno, a linguagem se desvencilha da camisa de força do estruturalismo e é definida e construída nos atos de fala, na comunicação e na interação. Enfim, uma linguagem





latente num mundo estabelecido pela história da ciência e dos avanços tecnológicos, mas que através das rápidas mudanças sociais e políticas, com avanços das TIC e as perspectivas para a educação, tem se mostrado cada vez mais complexo e constituído nas próprias relações e utilizações das linguagens como elemento constitutivo das relações humanas e sociedades (LOPES, 2001).

Ainda, em relação ao ensino de língua inglesa, língua tida como língua franca nos dias atuais, no ensino básico e fundamental, percebe-se que muitas vezes esta função é desempenhada por professores não formados e capacitados nesta área específica. Logo, a EAD passa a ser é uma possibilidade de atualização e capacitação destes professores, assim como para a formação massiva de novos professores em locais remotos altamente qualificados pelas universidades públicas de ensino superior do país (BUZATO, 2001).

### **3. Mapeamento dos cursos de Letras – Inglês**

Através do site da CAPES<sup>2</sup>, obteve-se acesso ao portal da UAB. Lá, através da opção CURSOS, CURSOS OFERTADOS, pôde-se consultar os cursos, polos e instituições participantes da UAB. Assim, através da ferramenta de pesquisa CURSOS, realizou-se uma primeira pesquisa com a palavra LETRAS no campo NOME DO CURSO, deixando todos os demais campos em branco. Foram obtidos 52 resultados de cursos de letras português, espanhol e inglês oferecidos por universidades públicas no Brasil.

Como o objetivo principal desta pesquisa era trabalhar somente com os cursos de LE, todos os cursos de letras vernáculas apresentados foram retirados. Assim, ficaram 28 cursos, sendo: 11 cursos de inglês, 11 cursos de espanhol, 1 curso de português/inglês, 3 cursos de português/espanhol e 1 curso de libras. A fim de reduzir-se ainda mais o corpus de pesquisa e trabalhar-se com a realidade de apenas 1 curso, além do interesse do pesquisador, resolveu-se realizar o mapeamento exclusivo dos 11 cursos de inglês.

Em seguida, realizou-se a disposição geográfica dos cursos encontrados no mapa político do Brasil e, finalmente, listou-se de cada um dos polos atendidos por cada um dos cursos encontrados respectivamente através das próprias informações obtidas inicialmente.

---

<sup>2</sup> Acesso em 19/08/2011: <<http://www.capes.gov.br/>>.



#### 4. Tanto Brasil pra pouco curso

Conforme a metodologia explicitada acima, obteve-se uma tabela fornecida pelo site da UAB<sup>3</sup>. Esta tabela contém os 11 cursos de graduação em Letras – Inglês com habilitação em licenciatura, na modalidade a distância oferecidos pelas universidades públicas do Brasil. Logo, a Tabela 1 apresenta na primeira coluna o nome do curso: Letras – Inglês para todos. Na segunda coluna a sigla da instituição que oferece o curso: UNEAL (Universidade Estadual do Alagoas), UESB (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia), UNEB (Universidade do Estado da Bahia), UFC (Universidade Federal do Ceará), UFLA (Universidade Federal de Lavras), UFU (Universidade Federal de Uberlândia), UNIMONTES (Universidade Estadual de Montes Claros), UPE (Universidade de Pernambuco [estadual]), UESPI (Universidade Estadual do Piauí), UFPI (Universidade Federal do Piauí) e UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). Na terceira coluna, a região cuja a respectiva universidade atende. E, na quarta coluna, o estado de origem da universidade. Segue a Tabela 1:

Nome	Instituição	Região	UF
LETRAS INGLES	UNEAL	Região Nordeste	AL
LETRAS INGLES	UESB	Região Nordeste	BA
LETRAS INGLES	UNEB	Região Nordeste	BA
LETRAS INGLES	UFC	Região Nordeste	CE
LETRAS INGLES	UFLA	Região Sudeste	MG
LETRAS INGLES	UFU	Região Sudeste	MG
LETRAS INGLES	UNIMONTES	Região Sudeste	MG
LETRAS INGLES	UPE	Região Nordeste	PE
LETRAS INGLES	UESPI	Região Nordeste	PI
LETRAS INGLES	UFPI	Região Nordeste	PI
LETRAS INGLES	UFSC	Região Sul	SC

Tabela 1 – Lista de universidades públicas do Brasil que oferecem cursos de graduação em Letras – Licenciatura em Língua Inglesa, na modalidade a distância, através do Sistema UAB.

Inicialmente, observa-se que das 11 universidades públicas listadas, 6 são universidades estaduais e 5 são universidades federais. Em seguida, percebe-se que 7

<sup>3</sup> Acesso em 19/08/2011:

<[http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com\\_wrapper&view=wrapper&Itemid=12](http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=12)>.

É interessante observar-se que nos estados da Bahia, de Minas Gerais e do Piauí, tanto a universidade federal como a universidade estadual oferecem o curso de Letras – Inglês, na modalidade a distância. Ainda, é curioso observar-se que na região sudeste todos os 3 cursos são oferecidos por universidades públicas de Minas Gerais. Sendo assim, para visualizar-se melhor a disposição dos cursos no Brasil, propõem-se o seguinte mapeamento:



Enfim, fica claro que toda a região norte, a região centro-oeste e a região sul-sudeste estão desprovidas do oferecimento de cursos de graduação com habilitação em licenciatura em Letras – Inglês. Percebe-se que não há exatamente um planejamento ou uma organização maior da UAB em relação à distribuição dos cursos de Letras – Inglês nas universidades públicas do Brasil. Ou seja, enquanto a maior parte dos cursos se concentra na região nordeste, não há nenhum curso nas regiões norte e centro-oeste. Ainda, na região sudeste,





todos os cursos se concentram no estado de Minas Gerais enquanto não há nenhum curso nas universidades públicas dos grandes centros urbanos dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Em seguida, na lista abaixo, apresenta-se os municípios que possuem polos de atendimento presencial vinculados às suas respectivas universidades públicas:

- **UNEAL:** nenhuma oferta de curso atualmente<sup>4</sup>.
- **UESB:** nenhuma oferta de curso atualmente<sup>5</sup>
- **UNEB:** Bom Jesus da Lapa/BA, Jequié/BA, Juazeiro/BA, Santo Estêvão/BA, Simões Filho/ BA, Sítio do Quinto/BA e Valença/BA.
- **UFC:** Aracati /CE, Beberibe/CE, Brejo Santo/CE, Caucaia/CE, Itapipoca/CE, Maranguape/CE, Meruoca/CE, Piquet Carneiro/CE e Quixadá/CE.
- **UFLA:** Cambuí/MG, Confins/MG, Governador Valadares/MG, Itamonte/MG e Sete Lagoas/MG.
- **UFU:** Araxá/MG, Patos de Minas/MG, Uberaba/MG e Uberlândia/MG.
- **UNIMONTES:** Itamarandiba/MG, Janaúba/MG, Mantena/MG e São João da Ponte/MG.
- **UPE:** Recife/PE.
- **UESPI:** Monsenhor Gil/PI, Piracuruca/PI, Piripiri/PI, São João do Piauí/PI e Simões/PI.
- **UFPI:** nenhuma oferta de curso atualmente<sup>6</sup>
- **UFSC:** Araranguá/SC, Chapecó/SC, Concórdia/SC, Criciúma/SC, Itajaí/SC, Joinville/SC, São José/SC.

Todas as informações acima foram retiradas diretamente do site da UAB, porém, cabe aqui salientar-se que o curso de Letras – Inglês da UFSC, por exemplo, não atende aos polos de Criciúma/SC e Joinville/SC, logo, o mesmo pode ter acontecido com as demais universidades, ou seja, talvez alguns polos de alguns municípios não estejam sendo atendidos pelas suas respectivas universidades.

---

<sup>4</sup> Informação fornecida pelo site da UAB, acesso em 21/08/2011:  
<[http://uab.capes.gov.br/sisuab/PesquisasUAB/Curso\\_show.action?id=1089](http://uab.capes.gov.br/sisuab/PesquisasUAB/Curso_show.action?id=1089)>.

<sup>5</sup> Informação fornecida pelo site da UAB, acesso em 21/08/2011:  
<[http://uab.capes.gov.br/sisuab/PesquisasUAB/Curso\\_show.action?id=1073](http://uab.capes.gov.br/sisuab/PesquisasUAB/Curso_show.action?id=1073)>.

<sup>6</sup> Informação fornecida pelo site da UAB, acesso em 21/08/2011:  
<[http://uab.capes.gov.br/sisuab/PesquisasUAB/Curso\\_show.action?id=1040](http://uab.capes.gov.br/sisuab/PesquisasUAB/Curso_show.action?id=1040)>.



Assim, verifica-se que além da falta de planejamento para a expansão dos cursos de Letras – Inglês no território brasileiro, pode-se constatar a falta de políticas linguísticas educacionais desenvolvidas propriamente para a EAD e sua expansão no ensino superior público (CELANI, 2000; LITTO; FORMIGA, 2009).

Pois por mais que os modelos pedagógicos e a produção de materiais didáticos seja estudada e desenvolvida no Brasil, são necessária ações políticas e sociais para a implementação das mesmas a partir dos recursos disponíveis e da realidade da educação brasileira (SILVA; SANTOS, 2006). Logo, em relação aos eixos propostos pela UAB na sua criação em 2005, Hack (2011, p.35) sintetiza bem os dois pontos mais importantes, que é a

expansão pública da educação superior, considerando os processos de democratização e acesso às camadas da população com dificuldade de acesso à universidade; [e o] aperfeiçoamento dos processos de gestão das instituições de ensino superior, possibilitando sua expansão em consonância com as propostas educacionais dos estados e municípios (HACK, 2011, p.35).

Sendo assim, as discussões acerca das políticas linguísticas para a expansão do sistema educacional brasileiro devem ser aprofundadas, especialmente no que diz respeito ao ensino de LE na EAD (LOPES, 2001; ESTIVALET; HACK, 2011). Neste caso, deve-se dar especial atenção para os cursos de Letras – Inglês, pois sem dúvida esta é a LE mais utilizada no território brasileiro e que de alguma forma vem a contribuir para a formação geral majoritária dos brasileiros tanto no ensino básico, no ensino fundamental, como no ensino superior (ALMEIDA FILHO, 2000).

Enfim, enquanto não contamos com este planejamento de expansão e consolidação das universidades públicas e, da disseminação homogênea da EAD, as instituições já existentes parecem estar realizando de forma independente os objetivos estabelecidos pelo MEC e pela UAB. O ideal seria ter-se um planejamento nacional das universidades já existentes para a organização dos cursos de graduação demandados em cada região e a distribuição destes cursos de forma homogênea no território geográfico brasileiro (SILVA, 2006; LITTO; FORMIGA, 2009).

Mais do que isto, é importante haver uma comunicação, uma troca de informações e, principalmente, uma troca de experiências e materiais didáticos entre as universidades públicas que já possuem cursos de EAD para que todo este trabalho possa ser aproveitado em não se perca tempo em ações artesanais e locais (SARTORI; ROESLER, 2005).



## 5. Considerações finais

Retomando-se as perguntas colocadas na introdução deste trabalho: a) por que apenas os cursos de Letras – Espanhol e Letras – Inglês são ministrados pelas universidades públicas no Brasil? b) Qual é a distribuição dos cursos existentes no território geográfico do Brasil? c) Quais são as universidades públicas do Brasil que estão oferecendo estes cursos? Parece que já se tem resultados suficientes para as suas respostas.

Aparentemente, os cursos de graduação em Letras – Licenciatura em Língua Inglesa e Letras – Licenciatura em Língua Espanhola são os únicos cursos ministrados pelo Sistema UAB por serem estas as únicas LE oficiais de ensino na educação básica e fundamental do Brasil, sendo o inglês como língua obrigatória e o espanhol como língua optativa. Ainda mais, verifica-se que efetivamente o inglês é a língua franca nos dias atuais e o espanhol é a língua falada na maioria dos países vizinhos do Brasil.

Em relação à distribuição geográfica dos cursos no território brasileiro, observou-se que eles estão, sobretudo, concentrados na região nordeste e, em apenas um estado na região sudeste e na região sul. Logo, não há nenhum curso de Letras – Inglês nas regiões norte e centro-oeste. Enfim, não há um planejamento efetivo da UAB para uma distribuição e alcance homogêneo dos cursos no território e às demandas da população brasileira (SILVA; SANTOS, 2006).

Já em relação às universidades públicas que estão oferecendo os cursos de graduação em Letras – Inglês, observa-se que nenhuma universidade pública do Brasil, além das universidades públicas apresentadas na Tabela 1, oferecem este curso. Ou seja, nenhuma das grandes universidades do país, como a USP, a UNICAMP, a UNESP, a UFSCAR, a UFRJ, a UERJ, a UFOP, a UFMG, a UFRGS, a UNB, a UFPR, a UFAM entre outras, possuem cursos de Letras – Inglês, na modalidade a distância, por que será? Será que estas regiões, representadas por suas universidades, não acreditam na EAD? Ou será que não possuem necessidade de formação de professores de inglês? Enfim, isto é assunto para outra discussão específica relacionada às políticas linguísticas e às políticas educacionais do Brasil.

Finalmente, é importante dar-se conta que a aceitação da EAD como uma modalidade legítima de educação já um grande vitória no Brasil (BELLONI, 2008). Mais do que isto, a criação da UAB e a sua articulação com as universidades públicas e os polos municipais e estaduais também demonstra o atendimento às demandas sociais e a preocupação com a



qualidade na educação desde o ensino básico ao ensino superior. Enfim, após uma caminhada lenta em seu início, e um grande salto no momento atual, a EAD parece entrar em um estágio de consolidação e equilíbrio frente às demandas nacionais, regionais e os interesses individuais.

## Referências

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. Crise, transições e mudança no currículo de formação de professores de línguas. In: FORTKAMP, Mailce Borges Mota; TOMITCH, Lêda Maria Braga. *Aspectos da linguística aplicada: estudos em homenagem ao professor Hilário Inácio Bohn*. Florianópolis: Insular, 2000.

BEHAR, Patrícia A. *Modelos pedagógicos em educação a distância*. São Paulo: ARTMED, 2009.

BELLONI, Maria Luiza. *Educação a distância*. 5ª Edição. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2008.

BUZATO, Marcelo El Khouri. Sobre a necessidade de letramento eletrônico na formação de professores: o caso Teresa. In: CABRAL, Loni Grimm; SOUZA, Pedro de; LOPES, Ruth E. Vasconcellos; PAGOTTO, Emílio Gozze (Org.). *Linguística e ensino: novas tecnologias*. Blumenau/SC: Nova Letra, 2001.

CASTRO NETO, Mariano; GUTIERREZ, Arsenio José Carmona; ULBRICHT, Vania Ribas. *Educação a distância sem distância*. Florianópolis: Editora Pandion, 2009.

CELANI, Maria Antonieta Alba. A relevância da linguística aplicada na formulação de uma política educacional brasileira. In: FORTKAMP, Mailce Borges Mota; TOMITCH, Lêda Maria Braga. *Aspectos da linguística aplicada: estudos em homenagem ao professor Hilário Inácio Bohn*. Florianópolis: Insular, 2000.

ESTIVALET, Gustavo Lopez; HACK, Josias Ricardo. Ensino de língua estrangeira a distância: reflexões sobre o ensino-aprendizagem da habilidade oral. *Anais do VII Congresso Internacional da ABRALIN, CD-ROM*. Curitiba/PR, 2011.

HACK, Josias Ricardo. *Introdução à educação a distância*. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

LITTO, Fredric Michael ; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel (org.). *Educação à distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.



LOPES, Ruth E. Vasconcelos. O uso da rede no ensino universitário: uma experiência com linguística. In: CABRAL, Loni Grimm; SOUZA, Pedro de; LOPES, Ruth E. Vasconcellos; PAGOTTO, Emílio Gozze (Org.). *Linguística e ensino: novas tecnologias*. Blumenau/SC: Nova Letra, 2001.

SARTORI, A. S.; ROESLER, J. *Educação superior a distância: gestão da aprendizagem e da produção de materiais didáticos impressos e on-line*. Tubarão, SC: Editora Unisul, 2005.

SILVA, Marco (org.). *Educação online: teorias, práticas, legislação, formação corporativa*. 2ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

SILVA, Marco; SANTOS, Edméa (orgs.). *Avaliação da aprendizagem na educação online: fundamentos, interfaces e dispositivos, relatos de experiências*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

Acesso em 13/08/2011:  
<[http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com\\_wrapper&view=wrapper&Itemid=12](http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=12)>